

Cooperação internacional científica e tecnológica: o caso do Fórum de Diálogo IBAS – Índia, Brasil e África do Sul (2003 – 2010)

International science and technology cooperation: the case of IBSA Dialogue Forum – India, Brazil and South Africa (2003 – 2010)

Cooperación internacional científica y tecnológica: el caso del Foro de Diálogo IBSA – India, Brasil y Sudáfrica (2003 – 2010)

Fabricio Padilha Pereira da Silva, mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP), professor da Escola do Direito da Universidade Potiguar (UnP) e pesquisador-assistente do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos. E-mail: fabapps@hotmail.com.

Resumo

Ciência e Tecnologia são comumente identificadas como vetores significantes ao desenvolvimento, especificamente num contexto de economia do conhecimento. O IBAS é um fórum de diálogo e de iniciativas de cooperação trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, cujos principais objetivos são coordenar sinergicamente suas políticas internacionais, por um lado, e facilitar a cooperação trilateral, por outro. Por meio da leitura do debate teórico sobre relações internacionais, cooperação científica e tecnológica e Fórum IBAS, além da análise de discursos políticos e acordos internacionais, o objetivo deste artigo é o de investigar o estado da arte da cooperação internacional científica e tecnológica no âmbito do Fórum.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. Ciência & Tecnologia. IBAS.

Abstract

Science and technology are commonly identified as significant vectors to development, specifically in the context of the knowledge economy. Moreover, the IBSA is a dialogue and initiatives forum for trilateral cooperation among India, Brazil and South Africa, whose main objectives are to coordinate their politics in the International System, on the one hand, and facilitate trilateral cooperation, on the other. By the reading of the theoretical debate on international relations, scientific and technological cooperation, and the IBSA Forum, in addition to the analysis of political discourse and international agreements, this paper aims to investigate the state of the art of international scientific and technological cooperation within the context of the Forum.

Keywords: International Cooperation. Science & Technology. IBSA.

Resumen

La ciencia y la tecnología se identifican comúnmente como significativos vectores para el desarrollo, específicamente en el contexto de la economía del conocimiento. Además, IBSA es un foro de diálogo e iniciativas de cooperación trilateral entre India, Brasil y Sudáfrica, cuyos principales objetivos son coordinar sinérgicamente sus políticas internacionales, por un lado, y facilitar la cooperación trilateral en el otro. Por medio de la lectura del debate teórico sobre relaciones internacionales, la cooperación científica y tecnológica y el Foro IBSA, además del análisis de los discursos políticos y acuerdos internacionales, el objetivo de este trabajo es investigar el estado del arte de la cooperación científica internacional y tecnológica en el ámbito del Foro.

Palabras clave: Cooperación Internacional. Ciencia & Tecnología. IBSA.

Introdução

A área de ciência e tecnologia (C&T) constitui uma variável interveniente no *making* dos contextos nacionais e internacionais e merece maior destaque nas investigações acadêmicas em geral, por questões óbvias. É possível contar a história da segregação dos países no sistema internacional de várias formas, porém, em várias delas, podem-se encontrar os elementos de C&T como fatores de divisão entre as nações tecnologicamente desenvolvidas e as dependentes. De fato, ciência e tecnologia são comumente identificadas como vetores significantes ao desenvolvimento, à defesa e à segurança, especificamente num contexto de economia do conhecimento. Recursos tecnológicos avançados são sinônimos de maior poder físico, maior *status* político, prestígio, poder e influência no sistema internacional.

Ademais, cooperação internacional não tem o mesmo significado de harmonia. De acordo com Keohane (1988), quando a harmonia prevalece, as políticas dos atores internacionais automaticamente facilitam o alcance dos objetivos dos demais. Cooperação requer que as ações dos estados e das organizações, sem harmonia preexistente, entrem em conformidade com outras por intermédio de um processo de coordenação política e técnica. Nesse tipo de processo, os atores envolvidos visam mudar seus comportamentos por priorizarem os ganhos absolutos obtidos ao final do acordo cooperativo (todos ganham). Para Axelrod e Keohane (1986), a cooperação ocorre quando atores ajustam seus comportamentos às preferências reais dos demais. Portanto, se os estados são racionais e autointeressados, a cooperação é legítima e importante para as relações internacionais. No sistema internacional, os estados cooperam porque esperam que seus ganhos resultantes dos acordos sejam maiores do que os ganhos obtidos com a não cooperação (OYE, 1986).

A cooperação internacional pode realmente melhorar as recompensas dos atores envolvidos, embora não seja necessariamente benigna, a partir do ponto de vista da ética e da moral. Isso porque a cooperação varia entre os temas e com o tempo (KEOHANE, 1988). A cooperação internacional em ciência e tecnologia, além de facilitar

o desenvolvimento econômico nacional, assume alguns papéis importantes nas relações internacionais, principalmente na mitigação de problemas que desafiam a Segurança Internacional contemporânea. Para Nye (2009), ao lidarem com esses desafios transnacionais, os governos precisam considerar as políticas de relações exteriores de novas maneiras, principalmente na resolução deles, por intermédio da cooperação internacional.

Questões ambientais, por exemplo, tais como efeito estufa, rompimento da camada de ozônio e outras vinculadas à poluição, provavelmente encontram possíveis soluções por meio da cooperação científica e tecnológica. De acordo com Nye (2009, p. 329),

Existem dois instrumentos básicos que têm um potencial considerável para reduzir as emissões de carbono e assim atenuar o aquecimento global: as inovações tecnológicas e os mecanismos econômicos. Por exemplo, o sequestro de carbono é uma tecnologia que permite captar e armazenar o carbono em formações geológicas subterrâneas e no fundo dos oceanos.

Vale salientar que a cooperação internacional não foge às ontologias políticas, todavia, problemas como esses são apresentados como grandes desafios à sociedade, e para suas reparações e correções são necessárias ações em conjunto. Para Velho (2001), problemas derivados da necessidade de compartilhar sistemas tecnológicos modernos, sejam de comunicações, sejam de transporte ou de comércio, demandam trabalhos internacionais cooperativos. Dessa forma não pouco pragmática, a cooperação internacional em C&T pode ser vista como mecanismo apropriado ao combate de tais problemas.

Por esse e por outros motivos, o objetivo deste texto é o de investigar o estado da arte da cooperação internacional científica e tecnológica no âmbito do Fórum IBAS. Na primeira seção, destaca-se entre os pilares de manutenção do Fórum, constituído por Índia, Brasil e África do Sul, a cooperação internacional como um todo. Na segunda seção, o objetivo é desenvolver alguns assuntos-chave sobre a cooperação em C&T no âmbito do Fórum. A finalidade é mostrar a apreciação do tema proposto por três potências regionais e internacionais emergentes.

A cooperação internacional no âmbito do Fórum IBAS

O Fórum de diálogo e iniciativas para a cooperação trilateral IBAS foi criado em junho de 2003, por meio da Declaração de Brasília. A Declaração apresentou como principais fatores da aproximação entre Índia, Brasil e África do Sul a identificação de grandes democracias, a condição de nações em desenvolvimento e a capacidade de atuação em escala global. Para Bueno (2010), o IBAS representou, nesses termos, a institucionalização cooperativa trilateral, congregando três países em desenvolvimento, democráticos e líderes regionais, que elegeram a cooperação Sul-Sul como uma de suas prioridades para atingir o desenvolvimento e alcançar seus interesses nacionais nos fóruns multilaterais de negociação. Sendo mais enfático, o governo Lula da Silva utilizou uma estratégia que fez da cooperação Sul-Sul um ponto fundamental para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional e consolidando mudanças de programa de política externa (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Nogueira (2009) acrescenta que esse tipo de cooperação faz parte da estratégia de redimensionar a posição brasileira no Sistema Internacional, assim como de participar do maior número possível de fóruns multilaterais e regionais, no sentido de tornar o País um líder regional mais forte e presente, ampliando suas possibilidades de ação ante os constrangimentos e as limitações impostos pelo sistema.

A ideia do Fórum¹ foi a de articular posicionamentos e tomar decisões sinergicamente nas áreas da política, da economia e da sociedade e nas relações bilateral, trilateral e multilateral. Na verdade, estabeleceu-se o consenso de que o IBAS seria baseado em três pilares que teriam papéis e objetivos específicos. O primeiro se centraria no pilar da concertação e consulta política, cujo objetivo seria reformar parcialmente a estrutura arcaica da Organização das Nações Unidas, principalmente o Conselho de Segurança, e conjugar esforços para aumentar a eficiência da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social, diante das novas transformações na realidade da arquitetura internacional. O segundo se centraria na cooperação setorial para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico e dar maior impulso à cooperação trilateral, pois suas sociedades contam

com diversas áreas de excelência científica e tecnológica e oferecem oportunidades comerciais e de investimentos. E o terceiro pilar seria o da cooperação para o desenvolvimento, cujo objetivo seria fomentar a cooperação destinada aos países menos desenvolvidos no intuito de promover inclusão e equidades sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza e da assistência social (BRASIL, 2010).

Em relação aos sete anos de funcionamento do Fórum, de acordo com informações coletadas no Balanço IBAS 2003-2010, do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, cinco esclarecimentos importantes devem ser feitos. O primeiro deles é o de que o IBAS não tem um documento constitutivo com *status* jurídico internacional, mas seu funcionamento é marcado por um comunicado político assertivo: a Declaração de Brasília. Nela, infere-se que o grupo seja beneficiado, moralmente falando, porque dispõe de três países na condição de grandes democracias bem estabelecidas, multiculturais e multirraciais, com forte teor de compromisso com a assistência social interna e externa. Além disso, apesar de ser um mecanismo informal, a convergência de visões de mundo da Índia, do Brasil e da África do Sul faz do IBAS um instrumento de ação global, com fortalecimento de suas posições individuais.

O segundo é referente a um intenso trabalho de coordenação dos três países sobre os principais temas de política externa e de agenda internacional: cooperação para o desenvolvimento e metas de desenvolvimento do milênio; reformas da ONU; desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, biodiversidade e energia renovável; direitos humanos; propriedade intelectual; gênero; desarmamento, não proliferação de armas e uso pacífico de energia nuclear; antiterrorismo; Rodada Doha para o desenvolvimento e comércio internacional; crise financeira internacional; e segurança alimentar.

Ademais, por terceiro, vale salientar o intenso trabalho de coordenação entre os três países sobre os principais temas de política externa e da agenda regional, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad); conflito e situação humanitária no Sudão; estabilidade no Zimbábue; democracia no Afeganistão; segurança

no Iraque; unidade nacional no Líbano; e processo de paz no Oriente Médio.

Além disso, em quarto lugar, há um amadurecimento da cooperação entre os diferentes órgãos da administração pública que se engajam nos projetos dos 16 grupos de trabalho: Agricultura; Cultura; Defesa; Educação; Energia; Meio Ambiente e Mudança do Clima; Saúde; Assentamentos Humanos; Sociedade da Informação; Administração Pública; Administração Tributária e Aduaneira; Ciência e Tecnologia (que inclui Pesquisa Antártica); Desenvolvimento Social; Comércio e Investimentos; Transportes; e Turismo.

E, por último, há a expansão dos projetos de financiamentos a países menos desenvolvidos por intermédio do Fundo IBAS. Anualmente, os três membros do Fórum depositam 1 milhão de dólares. Alguns dos países a que o Fundo assiste hoje são Burundi, Cabo Verde, Camboja, Guiné-Bissau, Haiti e Laos.

A Cooperação internacional em ciência e tecnologia no Fórum IBAS

Em linhas gerais, a finalidade da cooperação em ciência e tecnologia no Fórum IBAS é maximizar os ganhos dos países-membros, assim como desbancar a velha concepção de incapacidade no sentido de que a cooperação em C&T entre países em desenvolvimento não é possível. De acordo com Velho (2001, p. 63):

Os países do Sul, por sua vez, também não têm, historicamente, apresentado interesse espontâneo, sistemático e significativo, de cooperarem científica ou tecnologicamente entre si. Isso se deve, em grande parte, ao já mencionado aspecto programático da situação, ou seja, pesquisadores do Sul têm pouco (ou acreditam que tenham pouco) a oferecer a seus colegas do Sul, em termos de acesso a recursos intelectuais, materiais e financeiros.

Porém, Bartels e Vinanchiarachi (2009) argumentam que, em caso de insuficiência, como é a realidade dos países do Sul, a aquisição conjunta e a formação de redes e investimentos conjuntos são formas

de superar os problemas com a falta de recursos para o empreendimento em C&T.

Desde que no Sul faltam mercados integrados com relativamente grandes volumes e alto poder de compra, a aquisição conjunta de tecnologia e de *networks* de manufatura deveria ser caracterizada, cada vez mais, na agenda política. De qualquer forma, até mesmo adquirindo tecnologia conjuntamente, não se pode resolver completamente a dependência de tecnologia do Sul. Capacidade em P&D doméstica pode criar desenvolvimento sustentável a longo prazo, dado um sistema de incentivo apropriado. Investimento em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico envolvem alto risco, incerteza de resultados e altos custos. Desde que muitos países do Sul não podem investir em esforços de alto fim em P&D, instrumentos para P&D conjuntos deveriam ser desenhados. (BARTELS; VINANCHIARACHI, 2009, p. 15, tradução nossa).

No caso do IBAS, três ideias importantes compartilhadas por Índia, Brasil e África do Sul permeiam o seu programa de C&T: a primeira está de acordo com a Conferência Mundial sobre Ciência, em sua Declaração sobre Ciência e o Uso do Conhecimento Científico, *Ciência para o Século XXI – Um Novo Compromisso*, realizada em Budapeste, em 1999. De acordo com a Conferência, a maioria dos benefícios científicos não está distribuída igualmente, como resultado da assimetria estrutural entre os estados, as regiões, os grupos sociais e entre os sexos. O conhecimento científico tornou-se fator crucial na geração da saúde e, por isso, sua distribuição tornou-se mais desigual. O que distingue o pobre (povo ou país) de um rico não é apenas a posse de mais ou de menos bens, mas também a exclusão da criação e dos benefícios do conhecimento científico. A segunda ideia está relacionada ao fato de que os países têm interesses que derivam de seus objetivos econômicos (poder material, recursos estratégicos, bem-estar, mercados etc.) e de suas metas políticas (ordem, segurança, princípios, prestígio etc.). Mas, lógico que, conseqüentemente, a cooperação envolve diferentes tipos de interesse (FILHO, 2008). A terceira é a de que o progresso científico requer vários tipos de cooperação entre entidades governamentais e não governamentais, tais como projetos multilaterais; redes de pesquisas, incluindo redes Sul-Sul; parcerias entre comunidades científicas de países desenvolvidos e em desenvolvimento para atender às necessidades de todos e estimular o seu progresso; bolsas

de estudos e doações (*grants*); realização de pesquisas conjuntas; programas de intercâmbio de conhecimentos; implantação, sobretudo nos países em desenvolvimento, de centros científicos reconhecidos mundialmente; acordos internacionais para a promoção conjunta, a avaliação e o financiamento de megaprojetos e do amplo acesso a eles; painéis internacionais para avaliação científica de temas complexos; e programas internacionais para promover o treinamento na pós-graduação (FILHO, 2008).

Em linhas gerais, Índia, Brasil e África do Sul cooperaram em ciência e tecnologia porque veem como possível e pragmática a realização e a coordenação conjunta de atividades de pesquisa e desenvolvimento, bem como a realização de pesquisas integradas em escala mundial e a difusão rápida e eficiente das tecnologias. Por um lado, esse tipo de cooperação facilita e barateia a transferência das informações e conhecimentos. Por outro, a difusão das novas tecnologias permite e promove a intensificação do conhecimento. Ademais, os três países-membros são classificados como adotantes dinâmicos pelo Índice de Alcance Tecnológico das Nações Unidas (UNTAI, sigla em inglês). O índice foca quatro dimensões de capacidade tecnológica: criação de tecnologia, difusão de inovação recente, difusão de inovações antigas e habilidades humanas. De um lado, eles são dinâmicos no uso de novas tecnologias, tais como C&T Espacialⁱⁱ e de Internet, com boas exportações de manufaturados de alta tecnologia; por outro, a difusão de tecnologias antigas, tais como telefone e eletricidade, é lenta e incompleta.

De acordo com a Declaração de Brasília:

9. Os Chanceleres identificaram na cooperação trilateral relevante instrumento para alcançar a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como ressaltaram sua intenção de dar maior impulso à cooperação entre eles. Ao assinalar que suas sociedades contam com diversas áreas de excelência em ciência e tecnologia e oferecem oportunidades comerciais, de investimentos, de viagens e de turismo de largo potencial, destacaram que a adequada combinação de seus melhores recursos gerará desejada sinergia. Entre as áreas científicas e tecnológicas nas quais a cooperação pode ser desenvolvida, incluem-se biotecnologia, fontes alternativas de energia, espaço exterior, aeronáutica, informática e agricultura (IBAS, 2003).

O Fórum IBAS decidiu envolver diversos setores das administrações públicas dos três países, para que trocassem informações e identificassem eventuais nichos de cooperação. Foram propostos 16 grupos de trabalhos, entre eles o da Ciência e Tecnologia. Na verdade, levando-se em conta o contexto de economia do conhecimento e a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento conjunta, a área de C&T foi considerada de interesse estratégico para a consolidação da cooperação setorial e multilateral, ainda que outros setores tenham também promovido iniciativas de cooperaçãoⁱⁱⁱ (BUSS; FERREIRA, 2008).

Os principais eixos temáticos em C&T do IBAS são: biotecnologia, incluindo biotecnologia agrícola e bioinformática; energias alternativas e renováveis; astronomia e astrofísica; meteorologia e mudanças climáticas; oceanografia, ciências da pesca e pesquisa antártica; conhecimentos tradicionais; e tecnologias da informação. Além disso, os principais objetivos do Programa IBAS em C&T são:

1. Identificar demandas e oportunidades de cooperação trilateral em C&T;
2. Promover a integração para beneficiar um número maior de instituições nos países-membros;
3. Promover melhor capacitação de recursos humanos em C&T;
4. Propiciar oportunidades para geração e apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos demandados pelas sociedades dos três países.

A primeira reunião de ministros de C&T foi realizada em 2004, e a primeira reunião do grupo de trabalho, em 2005. Durante a segunda reunião de ministros, realizada no Rio de Janeiro, também em 2005, foi assinada a Declaração do Rio de Janeiro sobre Ciência e Tecnologia do IBAS e aprovado o Programa de Trabalho 2005-2007, anexo à Declaração. O Quadro 1 mostra os objetivos formais, o local e a data das reuniões ministeriais e de grupo de trabalho de 2003 a 2010.

Na primeira reunião setorial do Grupo de Trabalho de C&T, realizada na Cidade do Cabo, em 2005, o Fórum designou o Programa de Pesquisa^{iv}. Oficialmente, foram seis projetos de pesquisas em seis áreas. As seis áreas acordadas foram: biotecnologia, tuberculose, HIV/

Aids, malária, nanotecnologia e oceanografia, que foram subdivididas entre os três países-membros: a África do Sul lideraria os trabalhos em biotecnologia e tuberculose; o Brasil assumiria os temas malária e oceanografia; e a Índia ficaria responsável pelos temas HIV/Aids e nanociências e nanotecnologias. Em 2010, por intermédio do Memorando de Entendimento em Ciência e Tecnologia, além dessas áreas, foram agregadas as pesquisas sobre a Antártica, energias renováveis, conhecimento tradicional e tecnologias da comunicação e informação.

Em 2007, referentes ao triênio de 2007 a 2009, foram lançadas 12 propostas, porém apenas sete foram selecionadas para o financiamento. Três na área de HIV/Aids, relacionadas a *software*, recursos naturais e crianças: *The design, development, and review of open source software applications for integrated HIV/Aids management*; *HIV/Aids, biodiversity and natural resource dependence*; e *The self-efficacy of care givers of children affected by HIV/Aids: a crosscultural study*. Duas em nanotecnologia: *Synthesis and Polymerisation of shaped carbon material for use as photovoltaic devices*, e *Electrospinning and characterization of chitin nano fibre mats*. Uma sobre a aplicação da nanotecnologia no combate à ocorrência de HIV/Aids, malária e câncer: *Nanotechnology for controlled release and targeted drug delivery for actives in the fight against malaria, cancer and HIV*. E uma em oceanografia: *Ocean network for remote sensing, climate variability and impacts on society*. Um projeto na área de biotecnologia, dois em nanotecnologia, um sobre HIV/Aids e um sobre malária foram rejeitados.

Quadro 1. Reuniões na área de ciência e tecnologia no âmbito do IBAS

Ministros de Ciência e Tecnologia		
ENCONTRO	OBJETIVO	ANO/LOCAL
1ª Reunião ministerial do IBAS em C&T	Identificar as áreas prioritárias de cooperação em C&T.	2004 – Nova Delhi
2ª Reunião ministerial do IBAS em C&T	Assinar a Declaração do RJ. E aprovar o Programa de Trabalho 2005-2007.	2005 – Rio de Janeiro
3ª Reunião ministerial do IBAS em C&T	Assinar a ata que compromete recursos na ordem de US\$ 1 milhão por país.	2006 – Angra dos Reis
4ª Reunião de Ministros de C&T	-	2008 – Nova Delhi

Grupo de trabalho em Ciência e Tecnologia		
1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre C&T do IBAS	Reunião setorial preparatória à II Comissão Mista IBAS	2005 – Cidade do Cabo
2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre C&T do IBAS	-	2006 – Rio de Janeiro
3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre C&T do IBAS	Avaliação das recomendações dos workshops temáticos	2006 Angra dos Reis
4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre C&T do IBAS	Reprogramação das atividades. Sugestão de Memorando de Entendimento.	2008 – Cidade do Cabo
5ª Reunião do Grupo de Trabalho de C & T do IBAS	-	2008 – NovaDelhi
6ª Reunião do Grupo de Trabalho de C&T do IBAS	-	2010 – Brasília

Fonte: MRE, Brasil. Elaboração Própria.

O Programa IBAS, do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil, foi implementado conforme as regras existentes entre Brasil e Índia estabelecidas no acordo no campo de ciência e tecnologia, ainda em 1985, e as regras do acordo no campo de ciência e tecnologia com a África do Sul, celebrado em 2003, após a Declaração de Brasília. A África do Sul intensificou relativamente seus acordos tanto com o Brasil como com a Índia. Em relação ao Brasil, não houve nenhum ato vigente em C&T com a Índia, e foram intensificados os seus acordos em C&T com a África do Sul.

Considerações finais

Em linhas gerais, o ponto-chave da cooperação em ciência e tecnologia e do programa de C&T do IBAS é a tentativa de conscientização mútua dos políticos, cientistas e tecnólogos sobre as instituições, os quadros políticos, os programas e as capacidades estruturais de cada membro, tal como a ideia geral de cooperação internacional preconiza. Na verdade, a pesquisa em C&T no século XXI requer a existência de instituições e orçamentos. Tais instituições podem estar ligadas ao setor

público ou ao privado. Instituições do setor público podem tomar a forma de departamentos, agências ou companhias estatais. O setor privado toma a forma de organizações não lucrativas ou companhias pró-lucrativas. Estas últimas geralmente investem em pesquisa e desenvolvimento para desenvolver produtos e serviços inovadores, e, assim, manter uma competitividade elevada. Não obstante, há também as universidades e outras instituições, financiadas ou não pelo setor público.

Mesmo considerando-se o modesto tempo de existência do Fórum, verifica-se que o programa de cooperação em C&T do IBAS age lentamente, sobretudo por causa da existência de dois grandes problemas: de um lado, há ainda um grande desconhecimento recíproco das instituições preocupadas com ciência e tecnologia em cada país; por outro, o lento progresso da cooperação está relacionado com a existência de múltiplos departamentos e múltiplas agências facilitadoras pertencentes aos três países-membros, o que torna difícil o diálogo quando não trabalhado por intermédio da cooperação.

Além disso, os Ministérios de Ciência e Tecnologia da Índia, do Brasil e da África do Sul têm escritórios dedicados à cooperação internacional, porém nenhum dirigido especificamente à cooperação no IBAS. No caso brasileiro, a ideia do Programa IBAS do MCTI não se assemelha à existência de uma estrutura como um escritório ou uma divisão, e a maioria das questões do Fórum está restrita ao Itamaraty.

Notas explicativas

ⁱ A estrutura organizacional do IBAS é composta por reuniões de cúpula; sete fóruns da sociedade civil, dentre os quais se destacam o Fórum entre Povos, o Fórum Empresarial e o Fórum de Mulheres; Comissão Mista dos Ministros de Relações Exteriores, mais seus Comunicados Políticos; Reuniões dos Pontos Focais; Fundo IBAS; os 16 grupos de trabalhos trilaterais; e a Junta de Governadores.

ⁱⁱ Segundo Wyk (2008), um dos mais importantes objetivos desses países é alcançar o desenvolvimento sustentável. E a ciência e a tecnologia

espaciais podem efetivamente ser aplicadas para a conquista desses objetivos, com o gerenciamento e a reparação de desastres, a observação da terra, a navegação, o monitoramento ambiental de fenômenos como a desertificação e o desflorestamento, o planejamento urbano, a saúde, as comunicações e o planejamento agrícola.

iii. Por exemplo, o caso do setor de saúde, que, em fase muito inicial, promoveu uma primeira abordagem de intercâmbio nas áreas de direito de propriedade intelectual e acesso a medicamentos; medicina tradicional; integração entre laboratórios e regulamentos sanitários; vigilância epidemiológica; vacinas, e pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos (BUSS; FERREIRA, 2008).

iv. Neste mesmo ano foi desenvolvido um documento básico brasileiro para o Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, o qual foi aprovado pela Portaria MCT n° 481, de 15 de julho de 2005. O documento define os objetivos, as instituições responsáveis pelas atividades traçadas, os resultados esperados etc.

Recebido em 16/04/2014
Aprovado em 25/08/2014

Referências

AXELROD, R.; KEOHANE, R. O. Achieving Cooperation under Anarchy: strategies and Institutions. In: OYE, K. A. (Org.). **Cooperation Under Anarchy**. Princeton University Press, 1986.

BARTELS, F. L.; VINANCHIARACHI, J. **South-South Cooperation, Economic and Industrial Development of Developing Countries**: Dynamics, Opportunities and Challenge. United Nations Industrial Development Organization, 2009.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Balanço IBAS 2003-2010**. Brasília, 2010.

BUENO, A. M. C. **Política Externa Brasileira e Coalizões do Sul: o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. IBAS: coordenação e cooperação entre países em desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3, 2008, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, Palácio do Itamaraty, 2008.

FILHO, J. M. Desenvolvimento e Cooperação Científica e Tecnológica. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3., 2008, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, Palácio do Itamaraty, 2008.

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. **Declaração de Brasília**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/declaracao-de-brasilia/view>>. Acesso em: 16 out. 2014.

KEOHANE, R. O. International Institutions: two approaches. **International Studies Quartely**, vol. 32, n. 4, 1988.

NOGUEIRA, J. L. M. **A articulação doméstica da burocracia brasileira para a implementação das ações do Fórum IBAS**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OYE, Kenneth A. Explaining Cooperation Under Anarchy: Hypotheses and Strategies. In: _____. (Org.). **Cooperation Under Anarchy**. Princeton University Press, 1986.

VELHO, L. Redes Regionais de Cooperação em Ciência e Tecnologia e o Mercosul. **Parcerias Estratégicas**, n. 10, 2001.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 2007.